

PRONATEC CAMPO: AÇÕES E DESCONSTRUÇÕES DA PARTICIPAÇÃO EM UMA POLÍTICA PÚBLICA NO TERRITÓRIO RURAL PROF. CORY/ANDRADINA

Thainá Berlim de Oliveira Santos¹

Douglas de Araujo Gonzaga²

Antonio Lázaro Sant'Ana³

Ticiane Petean Pina⁴

Valéria da Silva Modenese⁵

RESUMO

As diretrizes da Educação do Campo visam atender as especificidades e oferecer educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações do campo. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), modalidade Campo, visa a inclusão social de jovens e trabalhadores do campo, ofertando cursos de acordo com os arranjos produtivos de cada região. O objetivo deste trabalho é analisar as ações do Codeter do Território Prof. Cory/Andradina e da assessoria do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET), quanto ao encaminhamento desta política pública no referido Território. Para o diagnóstico da demanda de cursos por parte dos jovens foram realizados dois seminários, um Territorial e o outro Estadual, nos quais foram utilizadas metodologias participativas. As propostas aprovadas pelos participantes territorialmente foram sistematizadas pela equipe do NEDET, encaminhadas ao Seminário Estadual e posteriormente ao Nacional. A participação do NEDET desde o primeiro evento se mostrou bastante relevante, ao contribuir na organização e moderação de grupos, auxiliando na elaboração e sistematização de propostas. No entanto, em julho de 2015 foi anunciada a exclusão de cursos e corte do número de vagas do PRONATEC CAMPO. Em setembro a entidade ofertante dos cursos (Instituto Federal - SP) informou que estes não seriam realizados pela falta de tempo hábil para início e término das atividades no mesmo ano, pois a verba destinada ao custeio não fora repassada à Entidade. Em novembro o Codeter foi notificado que os cursos haviam sido oferecidos às prefeituras pelo Instituto Federal do Sul de Minas, todavia o Colegiado não foi convidado a participar da formação da equipe pedagógica, nem pode opinar nas questões metodológicas dos cursos, tal como previsto no PRONATEC CAMPO. Observou-se que não houve diálogo entre os ministérios envolvidos (MDA e MEC). A construção participativa realizada pelo CODETER com o apoio do NEDET foi descaracterizada; e as especificidades locais, o público e a pedagogia apregoada pela Educação do Campo não foram consideradas.

Palavras-Chave: PRONATEC CAMPO, Jovens, Desarticulação da participação social, Educação do Campo, Política Pública.

¹ Graduanda em Agronomia pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, FEIS – Unesp, (thainaberlim@gmail.com).

² Engenheiro Agrônomo graduado pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, FEIS - Unesp, Mestre em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção pela FEIS – Unesp (dougsgonzaga@gmail.com).

³ Livre-docente em Sociologia, professor da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira FEIS – Unesp (lazaroz@agr.feis.unesp.br).

⁴ Engenheira Agrônoma graduada pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira FEIS - Unesp, Mestre em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção, FEIS – Unesp, Doutoranda em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção pela FEIS –Unesp (prof.ticiane@gmail.com).

⁵ Engenheira Agrônoma graduada pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira FEIS - Unesp, Mestranda em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção – FEIS –Unesp (lelamodenese@hotmail.com).

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é considerada aquela que atende as especificidades rurais e oferece uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo. Essa noção ganhou força a partir da instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1, de 03/04/2002) pelo Conselho Nacional de Educação. Os dados de instituições federais de pesquisa apontam grande divergência entre os indicadores educacionais do campo e das cidades, com clara desvantagem para as primeiras. Assim é reconhecido que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida nas cidades, extrapolando a noção de espaço geográfico e compreendendo também as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos (BRASIL, 2007a).

A Educação do Campo foi pensada em contraponto à visão de camponês e de rural como se fossem sinônimo de arcaico e atrasado. Esta educação considera e valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses como sendo um lugar para construção de novas possibilidades de reprodução social, de desenvolvimento sustentável e ainda enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade e identidade dos atores sociais (SOUZA, 2008).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda (BRASIL, 2016b).

Uma das modalidades do Programa é o Pronatec Campo que tem o objetivo geral de promover a inclusão social de jovens e trabalhadores do campo por meio da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da oferta de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores de acordo com os arranjos produtivos rurais de cada região (BRASIL, 2016c).

Desde a década de 2000, ampliaram-se as políticas públicas voltadas para o meio rural no Brasil. Dentre estas destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) que tem como objetivo promover, articular, e dar apoio a iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, visando o desenvolvimento de regiões (territórios) onde predominam agricultores familiares, beneficiários da reforma e do reordenamento agrário. O PNDT está sob responsabilidade, até maio de 2016, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com o MDA (BRASIL, 2016d), as ações da SDT buscavam incentivar as capacidades humanas e da autogestão dos territórios rurais, contribuindo desta forma para a redução das desigualdades regionais e sociais, e também a integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional.

Tarsitano (2012), com base no MDA, comenta que território rural é entendido de forma bem ampla, como um espaço geograficamente determinado, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como: ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, embora seja um conceito que motiva intensos debates no meio científico, no âmbito das políticas públicas atuais no Brasil. Em cada um dos Territórios reconhecidos pela SDT/ MDA é constituída uma instância de governança, denominada Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) que conta com a participação paritária de representantes de poder público e sociedade civil de cada Território.

A missão da SDT consiste no apoio a organização assim como o fortalecimento institucional dos atores sociais locais para que assim possa existir uma real gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos Territórios e promover a implementação e

integração de políticas públicas (BRASIL, 2016d). Uma das características da política de desenvolvimento territorial é que ela privilegia diretamente a participação da sociedade civil na elaboração e priorização das demandas e na alocação dos recursos públicos destinados aos territórios (FREITAS, 2016).

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) são instrumentos que foram vinculados à estratégia de fortalecimento e consolidação da abordagem territorial da SDT/MDA. Tais núcleos são unidades administrativas com função articuladora e que devem dar apoio às ações de extensão e de assessoramento técnico aos Codeters e demais atores dos territórios rurais. Também tem a função de produção de dados, relatórios e textos científicos a respeito dos Territórios para geração de índices, sistematização e demais informações importantes para o desenvolvimento territorial. O Programa foi implementado por meio de chamada pública e envolveu a articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos territórios e da SDT. O projeto surgiu por meio da parceria estabelecida entre a SDT/MDA, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq (Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014). Ao todo existem 101 projetos em andamento, em 189 territórios rurais, com participação de 54 universidades ou institutos federais em 27 unidades da federação e com o envolvimento direto de 648 pessoas nas atividades assessoria no âmbito dos territórios rurais (BRASIL, 2016e).

O objetivo deste trabalho foi analisar as ações do Codeter do Território Prof. Cory/Andradina e da assessoria do Nedet, que visaram diagnosticar as demandas dos jovens rurais a respeito de cursos do Pronatec Campo, por meio de metodologias participativas; e também analisar os fatos que culminaram na desarticulação da ação dos atores sociais envolvidos nas etapas que antecederam a realização dos cursos, o que resultou na desconstrução do trabalho das instâncias responsáveis pela implantação dessa política pública no âmbito do referido Território.

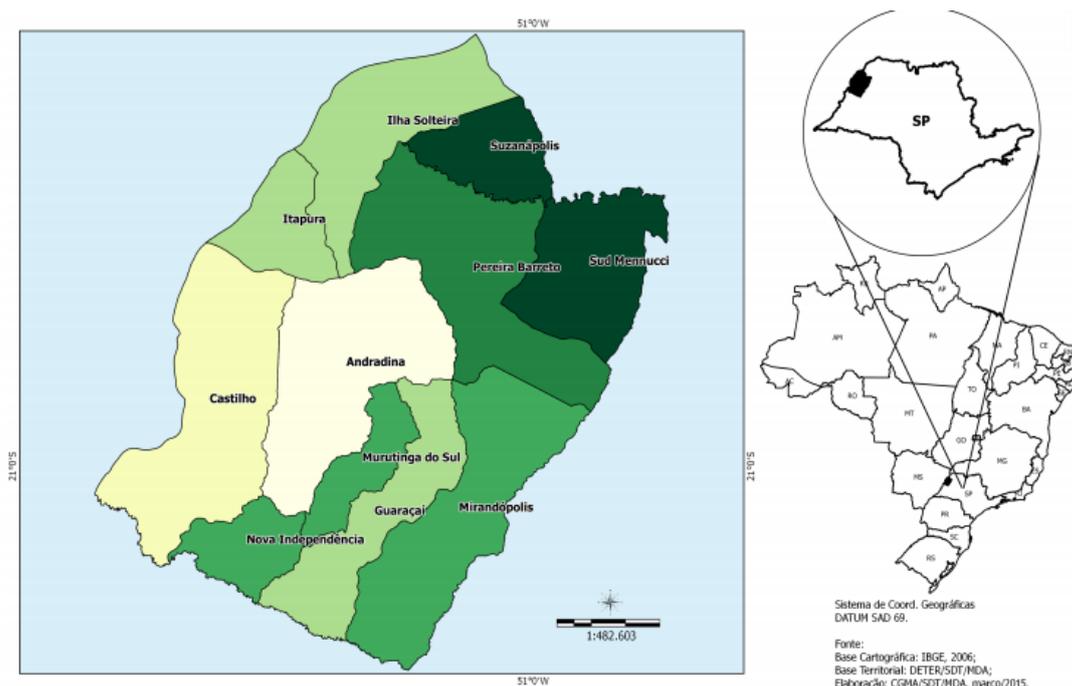
METODOLOGIA

O Território Rural Prof. Cory/Andradina - SP é composto por 11 municípios localizados no noroeste do estado, sendo eles: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis (Figura 1). O Território corresponde à Microrregião Geográfica de Andradina.

O Território foi constituído legalmente em 28 de julho de 2004. As reuniões para organização do referido Território foram realizadas a partir de abril de 2005, sendo instituída inicialmente a Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIAT (CODETER ANDRADINA, 2013).

O Codeter é composto por entidades ligadas ao poder público (representantes das prefeituras dos 11 municípios que compõem o Território, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; ETEC Sebastiana Augusta de Moraes de Andradina; Escritório de Desenvolvimento Rural de Andradina da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI; e Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA de Andradina) e entidades da sociedade civil (Cooperativa Rio Paraná de Castilho, Movimento Sem Terra (MST), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, Cooperativa de Trabalho de Assessoria, Técnica e Extensão Rural (COATER), Associação dos Produtores Rurais União, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), Instituto de Empoderamento Sustentável (IES) (CODETER ANDRADINA, 2016).

Figura 1. Mapa dos municípios do Território Prof. Cory/Andradina



Fonte: Portal dos NEDETs, 2015.

O Território Prof. Cory/Andradina possui 38 Projetos de Assentamentos Rurais distribuídos pelos seus municípios, totalizando uma área demais de 64 mil hectares, com capacidade de assentar 3.531 famílias (no entanto existem 3.466 famílias assentadas na área descrita). O município de Castilho é o que possui o maior número de assentamentos, sendo estes 11 projetos de assentamentos, com 1.137 famílias assentadas. Vale destacar que os municípios de Mirandópolis (quatro projetos de assentamento) e Murutinga do Sul (três projetos de assentamentos) possuem um alto número de famílias assentadas, os dois tem exatamente 462 famílias assentadas cada um (GONZAGA, 2015).

O presente trabalho baseou-se na análise de documentos resultantes das atividades realizadas pelo Codeter e Nedet do Território Prof. Cory/Andradina. A metodologia utilizada consistiu em um levantamento bibliográfico, associado à análise dos relatórios da Assessora Territorial de Gestão Social (ATGS) do referido Nedet. A partir dos relatórios e da participação direta foram levantadas as atividades realizadas pelo Colegiado junto à sociedade civil. Para a análise da organização e dos avanços do trabalho foram utilizadas também anotações de caderno de campo e observações quanto à articulação na realização das atividades, e a mobilização dos atores sociais resultante deste período em estudo, pois os autores desse trabalho também atuaram no processo relatado, constituindo-se em um caso de observação participante (CHIZZOTTI, 1991).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões acerca do tema Educação do Campo constaram como pauta do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) em várias ocasiões. Em uma das primeiras reuniões que o Nedet Prof. Cory/Andradina participou, realizada em novembro de 2014, foram tratados principalmente assuntos relacionados ao Pronatec Campo, e a formação de uma comissão de organização para o Seminário Territorial que discutiria as demandas e melhorias nos cursos do Pronatec Campo no Território para o ano de 2015.

O Seminário Territorial foi então realizado no dia quatro de dezembro de 2014 e contou com a presença de um grande número de jovens rurais que ajudaram a levantar as

demandas de cursos e a definir a melhor forma de alternância para que estes cursos fossem realizados. Os participantes do curso oferecido pelo Pronatec Campo no ano de 2014 no Território contribuíram com as sugestões de melhorias para os cursos do ano seguinte (2015). Neste evento também esteve presente um representante do MDA que contribuiu com uma abordagem bem detalhada sobre o Programa e o seu funcionamento.

Ao final, foram elaboradas propostas pelos participantes que foram levadas pelos delegados eleitos nesse Seminário para o Seminário Estadual que ocorreu logo em seguida na cidade de Bauru. A assessoria do Núcleo neste evento já se mostrou bastante relevante ao contribuir com a organização dos grupos e no auxílio dos jovens como moderadores na estruturação das propostas. Após o seminário o Nedet contribuiu também com a sistematização das propostas que foram encaminhadas para o Seminário Estadual em Bauru.

O Seminário Estadual Pronatec Campo foi realizado no dia 11 de dezembro de 2014, concentrou-se na discussão de melhorias para o Programa e no levantamento de propostas para a realização dessa política pública no ano de 2015. As propostas e críticas levantadas neste encontro por todos os presentes foram sistematizadas e enviadas para o Seminário do Pronatec Campo Nacional.

A partir de então foram realizadas mais reuniões com o Codeter para tratar de assuntos referentes ao Pronatec Campo bem como os repasses de informações e os encaminhamentos para a sua execução dos cursos.

Entretanto, durante o mês de junho de 2015, ocorreu na sede da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do MDA em São Paulo, uma reunião para repactuar as atividades referentes ao Pronatec Campo. Estiveram presentes todos os Coordenadores dos Codeters do estado de São Paulo e os Assessores de Gestão Social dos Nedetes. Nesta reunião foi anunciado um corte de alguns cursos, no número de vagas e nas verbas destinadas ao Pronatec Campo nos Territórios para o ano em questão.

A princípio o Território Prof^o Cory tinha apresentado a demanda de seis cursos, dos quais três foram aprovados: “Bovinocultura de Leite” e “Agricultor Agroflorestal”, ambos para o município de Andradina, e o curso de “Criador de Peixes em Tanque Escavado” para ser realizado em Mirandópolis. Cada curso aprovado teria o número de vinte vagas e um total de duzentas horas de aula. Entretanto, os cursos repactuados não foram realizados pela entidade ofertante, pois o Instituto Federal do Estado de São Paulo que seria a entidade ofertante dos cursos declarou que não haveria tempo hábil para início e término dos cursos para este ano, seguindo a metodologia preconizada, uma vez que a verba destinada ao custeio dos cursos ainda não havia sido repassada para a entidade executora até aquele momento (setembro 2015).

Em meados de novembro de 2015 o Codeter foi notificado que os cursos do Pronatec Campo haviam sido oferecidos às prefeituras dos municípios anteriormente citados, pelo Instituto Federal do Sul de Minas, todavia o Colegiado não chegou a ser convidado a participar da formação da equipe pedagógica e nem pode opinar nas questões metodológicas que preconizam a Educação do Campo e sobre as especificidades do Território em questão.

Em maio de 2016 foi publicada notícia em Andradina, no Jornal da Agricultura Familiar, a respeito da formatura dos cursos de Bovinocultura de Leite e Agricultor Florestal, que foram iniciados em dezembro de 2015, abrangendo agricultores e agricultoras familiares, jovens, povos e comunidades tradicionais, assalariadas(os) e assentadas(os) da reforma agrária. A metodologia intercalou nas 200 horas de aula períodos de convivência em sala de aula e visitas técnicas no campo. Apesar da relevância do curso (como evidenciado na fala do estudante de que “Com esses aprendizados que eu recebi já estou utilizando no dia a dia”), não há informações quanto ao número de vagas ofertadas ou número participantes que finalizaram os cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos cursos terem sido oferecidos às prefeituras e posteriormente executados, observa-se que não houve comunicação entre os ministérios envolvidos (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério da Educação - MEC) para a realização dos cursos previamente definidos. Desta forma todo o trabalho de construção participativa efetuado pelo Codeter Prof. Cory/Andradina com o apoio do Nedet foi descaracterizado, não se levando em consideração as articulações entre o poder público e a sociedade civil que antecederam a execução dos cursos, as especificidades do local, público alvo e a pedagogia apregoada pela Educação do Campo. Espera-se que nas próximas pactuações de cursos para o Território Prof. Cory/Andradina sejam respeitadas as articulações dos atores territoriais envolvidos no processo, pois somente desta maneira acredita-se que essas ações possam contribuir para o empoderamento dos atores sociais e com o desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

ANDRADINA. PREFEITURA/SECOM. (Org.). Governo de Andradina realiza formatura do curso de Bovinocultura de Leite e Agricultor Florestal. **Jornal da Agricultura Familiar**. Andradina, p.4. mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego** – PRONATEC Campo. 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. Ricardo Henriques. Ministério da Educação (Org.). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: Mec, 2007a. 81p. (CADERNOS SECAD 2). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ed.). **Pronatec**. 2016c. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/cartilha%20PRONATEC_baixa.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Comp.). **Secretaria do Desenvolvimento Agrário**. 2016d. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresentação>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Portal dos NEDETs: Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial**. 2016e. Disponível em: <<http://portaldosnedets.info/site/nedet/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CODETER ANDRADINA. **Proposta: transformação do Território Rural de Andradina em Território da Cidadania**. Documento enviado a SDT/MDA, 2013. 24p.

_____. **Quadro de composição do CODETER Prof. Cory** – Andradina. 2016, 03p.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. **Representações sociais como condicionantes dos processos de Desenvolvimento Territorial**. Extensão Rural, DEAR – CCR – UFSM. Santa Maria, v.23, n.1, jan./mar. 2016. Disponível em <<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1556f2527acb876a?projector=1>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

GONZAGA, D. A. **Resultados e Significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os Agricultores Familiares de Pereira Barreto (SP)**. 2015. 158f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Engenharia Campus de Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128068/000849377.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SOUZA, M. A. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p.1089-1111, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Jun. 2016.

TARSITANO, R. A.; SANTANA, A. L.; ARAUJO, C. A. M. E. . **Análise dos projetos Proinf do Território Andradina**, estado de São Paulo, período 2004 a 2011. Informações Econômicas, v. 43, p. 1-12, 2013. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2013/tec5-0613.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.